outro: *flor do campo, falei de flôres.* As conjunções subordinam sentenças. Em outros têrmos: entre duas sentenças «transformam» uma em determinante da outra.

Os vocábulos coordenativos são os mesmos em qualquer dos casos, como vimos acima nos exemplos com a partícula *e*. Outro exemplo: *pobre mas feliz — zangou-se mas não tinha razão.*

Os conectivos são em princípio morfemas gramaticais. Pertencem ao mecanismo da língua sem pressupor em si mesmos qualquer elemento do universo bio-social.

Entretanto, há conectivos subordinativos oracionais, ou conjunções subordinativas, que se reportam a um nome ou pronome, cujo lugar substituem na enunciação. Como tais, desempenham na oração em que se acham um papel que caberia a um nome ou pronome. A gramática tradicional os denominou «pronomes relativos» («pronome» por causa dêsse papel que desempenham na oração; «relativo», porque estabelecem uma «relação» entre as duas orações, como conjunção subordinativa); ex.: *aqui está o livro que comprei (que = livro* e ao mesmo tempo subordinando a idéia da compra à apresentação do livro no momento).

Naturalmente, êsse e outros detalhes serão melhor tratados no capítulo referente à classe dos pronomes.

De qualquer maneira, temos para os conectivos em português o seguinte quadro geral:

- Conectivos
  - Coordenativos
  - Subordinativos
    - De vocábulos (preposições)
    - De sentenças (conjunções)

X

O Mecanismo da Flexão Portuguêsa

37 O TÊRMO gramatical «flexão» é a tradução do alemão *Biegung* «flexão, curvatura», introduzido pelo velho filólogo Friedrich Schlegel (1772-1829) no no seu livro clássico de 1808, *Sôbre a língua e filosofia dos hindus*, para indicar que um dado vocábulo «se dobra» a novos empregos. Apresenta-se em português sob o aspecto de segmentos fônicos pospostos ao radical, ou sufixos. São os sufixos flexionais, ou desinências, que não se devem confundir com os sufixos derivacionais, destinados a criar novos vocábulos.

Já o gramático latino Varrão (116 aC — 26 aC) distinguia entre o processo de *derivatio voluntaria*, que cria novas palavras, e a *derivatio naturalis*, para indicar modalidades específicas de uma dada palavra.

O primeiro adjetivo destinava-se a esclarecer o caráter fortuito e desconexo do processo. As palavras derivadas, com efeito, não obedecem a uma pauta sistemática e obrigatória para tôda uma classe homogênea do léxico. Uma derivação pode aparecer para um dado vocábulo e faltar para um vocábulo congênere. De *cantar*, por exemplo, deriva-se *cantarolar*, mas não há derivações análogas para *falar* e *gritar*, outros dois tipos de atividade da voz humana. Os morfemas gramaticais de derivação não constituem assim um quadro regular, coerente e preciso. Acresce a possibilidade de opção, para usar ou deixar de usar o vocábulo derivado. Foi ela que sugeriu a Varrão o adjetivo *voluntaria*. Nem todos os verbos portuguêses apresentam nomes, dêles derivados, e para as derivações existentes os processos são desconexos e variados. Por isso, temos *fala*, para *falar*, *consolação*, ao lado de *consôlo*, para *consolar*, *julgamento*, para *julgar*, e assim por diante. Nem todos os nomes substantivos portuguêses têm um diminutivo correspondente, e os que existem podem ser usados, ou não, numa dada frase, de acôrdo com a vontade do falante.

Já na flexão há obrigatoriedade e sistematização coerente. Ela é imposta pela própria natureza da frase, e é *naturalis* no têrmo de Varrão. E' a natureza da frase que nos faz adotar um substantivo no plural ou um verbo na 1ª pessoa do pretérito imperfeito. Os morfemas flexionais estão concatenados em paradigmas coesos e com pequena margem de variação. Na língua portuguêsa há ainda outro traço característico para êles. E' a «concordância», decorrente na sua repetição, ainda que por alomorfes, nos vocábulos encadeados. Há concordância de número singular e plural e de gênero masculino e feminino entre um substantivo e seu adjetivo, como há concordância de pessoa gramatical entre o sujeito e o verbo, e depende da espécie de frase a escolha da forma temporal e modal do verbo.

O resultado da derivação é um nôvo vocábulo. Entre êle e os demais vocábulos similares derivados há êsse tipo de «relações abertas», que, segundo Halliday, caracteriza o léxico de uma língua em face da sua gramática. Nesta, o que se estabelece são «relações fechadas» (Halliday 1962, 9). E' uma relação fechada, por exemplo, que vigora entre *cantávamos* e tôdas as demais formas do verbo *cantar*, ou entre *lôbos* ou *lôba* e o nome básico singular *lôbo*. Aí, nas palavras de Halliday, «a lista dos têrmos é exaustiva», «cada têrmo exclui os demais» e não está na nossa vontade introduzir um nôvo têrmo no quadro existente.

Ao contrário, para cada vocábulo, há sempre a possibilidade, ou a existência potencial, de uma derivação. A lista dos seus derivados não é nem exclusiva nem exaustiva.

A aplicação rigorosa dêsse critério só pode concorrer para trazer coerência e nitidez na descrição lingüística.

38 Vamo-nos limitar a uma ilustração, para chegar a uma conclusão diferente do que dizem a respeito, em regra, as nossas gramáticas.

Os adjetivos portuguêses apresentam comumente uma possibilidade de indicarem por meio de um morfema gramatical, adicional, o alto grau da qualidade que expressam. Temos *tristíssimo*, para *triste*, *facílimo*, para *fácil*, *nigérrimo*, para *negro*, e assim por diante. As nossas gramáticas costumam definir o processo como uma «flexão de grau». Faltam nêle, entretanto, as condições acima estabelecidas.

Em primeiro lugar, não há obrigatoriedade no emprêgo do adjetivo com êsse sufixo de superlativo, ou grau intenso. E' a rigor uma questão de estilo ou de preferência pessoal. Ou, antes, trata-se de um uso muito espaçado e esporádico, em regra, e de tal sorte que certa freqüência nêle logo parece abuso e excentricidade.[1] Em segundo lugar, estamos muito longe de uma sistematização coerente, para todos os adjetivos, ou pelo menos para uma sua classe formal bem definida, como sucede com a flexão de plural para os adjetivos portuguêses em geral e para a flexão de feminino com os adjetivos terminados em *-o*. Nenhum jôgo de concordância, por outro lado, como há para o número e o gênero entre o substantivo e o adjetivo.

Na realidade, o que se tem com os superlativos é uma derivação possível em muitos adjetivos, como para os substantivos há a possibilidade dos diminutivos e para alguns (não muitos) a dos aumentativos. Anote-se a propósito que o conceito semântico de grau abrange tanto os superlativos como os aumentativos e os diminutivos. Por isso, Otoniel Motta considerou aumentativos e diminutivos uma «flexão» dos substantivos, pelo exemplo dos superlativos (Motta), porque não ousou considerar os superlativos uma derivação, como são muito lògicamente considerados aumentativos e diminutivos por tôda gente.

Em outros têrmos. A expressão de grau não é um processo flexional em português, porque não é um mecanismo obrigatório e coerente, e não estabelece paradigmas exaustivos e de têrmos exclusivos entre si.

A sua inclusão na flexão nominal decorreu da transposição pouco inteligente de um aspecto da gramática latina para a nossa gramática.

Em latim, o morfema gramatical *issimus* pertencia a um complexo flexional ao lado de *-ior*, próprio dos adjetivos num tipo de frase em que se estabelece a comparação entre dois têrmos, para se afirmar que aquêle referente ao adjetivo marcado por tal sufixo é superior ao outro. Com *-issimus* assinalava-se que o têrmo superior «sobrelevava» (lat. *superferre*, supino *superlatum*, donde *superlativus*) a todos da sua espécie: *felicissima matrum* «a mais feliz das mães». Em português a situação é outra. Para um adjetivo latino *felix* /fe'liks/ «feliz», havia obrigatória e coerentemente as formas *felicier* e *felicissimus*, que se empregavam em condições bem determinadas, e sistemàticamente com exclusividade, em lugar de *felix*: *homo felix* «homem feliz»; *homo felicier lupo* «o homem é mais feliz do que o lôbo»; *homo felicissimus animalium* «o homem é o mais feliz dos animais». Ora, em português, só temos *feliz*. Modifica-o em cada caso um mecanismo sintático, fora da morfologia vocabular: ... *mais*... *do que*... ; ... *o mais*... *dos*... O uso de *-issimus* em latim para expressar, meramente, a intensificação de uma qualidade era um subproduto do seu uso gramatical num padrão de frase compa-

[1] Como era o caso do José Dias no *Dom Casmurro* de Machado de Assis.

rativa; não foi êle que levou a gramaticologia latina a considerar *-issimus* dentro da flexão nominal. Se só existisse tal uso, como sucede em português, Varrão teria dito, com certeza, que se tratava de *derivatio voluntaria*.

39 Assim, os sufixos flexionais são em número relativamente pequenos em português. Acrescentemos que só se encontram entre os nomes e os verbos, a rigor.

Os nomes são vocábulos suscetíveis das flexões de gênero e número (apresentados nesta ordem). O gênero, que condiciona uma oposição entre forma masculina e forma feminina, tem como flexão básica um sufixo flexional, ou desinência *-a* (átono final) para a marca do feminino. A flexão de número, que cria o contraste entre forma singular e forma plural, decorre da presença, no plural, de um sufixo flexional, ou desinência /S/, com que a última sílaba do nome passa a terminar. Assim, o masculino e o singular se caracterizam pela ausência das marcas de feminino e de plural, respectivamente, como *peru*, masculino singular; *perus*, masculino plural; *perua*, feminino singular; *peruas*, feminino plural.[2] Em outros têrmos, pode-se dizer que ambos são assinalados por um morfema gramatical zero (∅).

Muitos pronomes têm essas mesmas flexões. Basta citar: *êle, êles, ela, elas; algum, alguns, alguma, algumas.*

O que distingue, porém, os pronomes, de maneira geral, são 3 noções gramaticais que nêles se encontram e nos nomes não aparecem.

Uma é a noção de pessoa gramatical. Assim se situa a referência do pronome no âmbito do falante (1ª pessoa), no do ouvinte (2ª pessoa) ou fora da alçada dos dois interlocutores (3ª pessoa). O número, sem morfema flexional privativo seu, se integra nessa noção de pessoa gramatical. Em português, o falante pode assinalar que está associado a si outra ou outras pessoas (1ª pessoa do plural ou 4ª pessoa), ou que está se dirigindo a mais de um ouvinte (2ª pessoa do plural ou 5ª pessoa), ou que a referência à 3ª pessoa do plural ou 6ª pessoa). E' esta noção de pessoa gramatical que caracteriza os pronomes ditos por isso mesmo «pessoais», quer no seu emprêgo substantivo (pessoais *stricto sensu*), quer na função adjetiva, quando costumam receber a denominação de possessivos. A mesma noção é também fundamental nos 3 pronomes demonstrativos *(êste, êsse, aquêle)*, que indicam, respectivamente, posição junto ao falante, ou junto ao ouvinte, ou à parte dos interlocutores.

[2] Para outros padrões nominais há regras complementares, que estudaremos no capítulo referente à flexão dos nomes.

A noção de pessoa gramatical não se realiza, porém, por meio de flexão. Faz-se lexicalmente por vocábulos distintos. Comparem-se, por exemplo: *eu, tu, êle; êste, êsse, aquêle.*

A segunda noção gramatical própria dos pronomes é a existência em vários dêles de um gênero neutro em função substantiva, quando a referência é a coisas inanimadas. E' o que assinala a série demonstrativa *isto, isso, aquilo.* Em outros, por outro lado, há formas específicas para sêres humanos, como *alguém, ninguém* e *outrem.* Também aqui, apesar de uma terminação comum *-em* (tônica nos dois primeiros e átona no terceiro), se trata a rigor de vocábulos diversos das formas gerais respectivas *algum, nenhum* e *outro.*

Há finalmente, como terceira noção gramatical privativa dos pronomes, em português, o que podemos chamar uma categoria de «casos», se bem que muito diversa, formal, funcional e semânticamente, dos casos nominais em latim. Os pronomes pessoais, de emprêgo substantivo, distinguem uma forma «reta», para sujeito, e uma ou duas formas oblíquas, servindo umas como complemento aglutinado ao verbo *(falou-me, viu-o, disse-lhe)* e outras com complemento regido de preposição *(falou de mim)*. Também, cada uma dessas formas retas e oblíquas, para a mesma pessoa gramatical, é um vocábulo de per si.

Assim, as três noções gramaticais características dos pronomes não entram no mecanismo flexional da língua portuguêsa. São expressas lexicalmente por mudança de vocábulo. Embora haja às vêzes certa semelhança fonológica, não há como supor, para as formas das diversas pessoas gramaticais, para os casos diversos e para a diversificação especial do gênero «neutro» e do gênero «animado», ou antes «humano», variações flexionais, mediante sufixos específicos, de uma forma pronominal única.

Desta sorte, em relação aos nomes e pronomes, as noções gramaticais que se expressam por flexão são apenas as do gênero masculino e feminino e as de número singular e plural. E tanto para os nomes como para os pronomes, o mecanismo flexional é aí o mesmo.

Consideremos agora os verbos, como a última classe dos vocábulos flexionais em português. Nêles, figuram duas noções muito diferentes que se completam para flexionar o vocábulo verbal.

Uma, para designar o «tempo», ou ocasião da ocorrência do que o verbo refere, do ponto de vista do momento da comunicação. A outra, que se lhe segue, indica, dentro do vocábulo verbal, a pessoa gramatical do sujeito. No sufixo flexional de tempo verbal, há acumulação da noção de «modo» (indicativo, subjuntivo, imperativo), e, num tempo do pretérito, a do aspecto inconcluso, ou «imperfeito», do processo verbal referido. Por sua vez, a flexão de

pessoa gramatical implica, automàticamente, na indicação do número, singular ou plural, do sujeito.

40 Uma complexidade da língua portuguêsa, que prolonga uma situação latina, é a distinção que convém fazer entre radical e «tema». O tema vem a ser o radical ampliado por uma vogal determinada, que entra assim na flexão dos nomes e dos verbos.

Em vez de *cant-*, *fal-*, *grit-*, por exemplo, temos os temas em *-a-*: *cantá-*, *falá-*, *gritá-*, que colocam êsses verbos numa classe morfológica, dita 1ª conjugação, Anàlogamente, temos a classe dos verbos de tema em *-e-* (2ª conjugação) e a dos de tema em *-i-* (3ª conjugação).

Não é costume das nossas gramáticas estabelecer a mesma distinção para os nomes. Mas a conveniência de fazê-lo me parece inegável. Há nos nomes os temas em *-a (rosa, poeta, planêta)*, os temas em *-o* /u/ átono final *(livro, tribo, cataclismo)* e os temas em *-e* /i/ átono final *(dente, ponte, análise)*. Assim não se confunde a desinência de feminino *-a*, que aparece especialmente nos temas em *-o (lôbo, lôba)* e a vogal temática em *-a*, que não é marca de gênero (cf. *poeta*, masculino; *artista*, masculino ou feminino conforme o contexto).

Nos nomes, a ausência da vogal temática cria as formas que podemos chamar atemáticas e se circunscrevem, a rigor, aos oxítonos em *-á*, *-é*, ou *-ê*, *-ó*, ou *-ô*, *-u* e *-i (alvará, candomblê, noitibó, urubu, tupi)*. Os nomes terminados no singular em consoante posvocálica têm uma forma teórica em *-e* /i/ átono final, que se deduz dos plurais. Compare-se: *feliz — felizes, mar — mares*, e assim por diante.*

morfema gramatical

a —	r —	des
V.T.	S.M.T	D.N.P
↓	↓	↓
ind	tempo modo	Nº pessoa

Fal + a
↓
tema

Linguagem
1- Representativa (denotação) denot
2- Exteriorização psíquica (conotação)
3- Apelo (conotação)

* Nos nomes terminados em /i/, como veremos, há regras especiais que alteram superficialmente o resultado.

XI

O Nome e suas Flexões

41 JÁ SABEMOS que os nomes portuguêses se dividem, do ponto de vista funcional, em substantivos e adjetivos. Em princípio, não há entre as duas subdivisões uma distinção de forma. Muitos podem ser, conforme o contexto, substantivos ou adjetivos, ou seja, funcionar numa expressão como determinado ou como determinante, respectivamente. Assim, um *marinheiro brasileiro* é um marinheiro (substantivo) que é de nacionalidade brasileira (sua qualificação expressa por um adjetivo), da mesma sorte que *um brasileiro marinheiro* logo se entende como um brasileiro (substantivo) que adotou a profissão da marinha (qualificação adjetiva).

Há, entretanto, muitos nomes que são essencialmente adjetivos *(belo, grande* etc.) e outros que são essencialmente substantivos *(homem, leão* etc.). Mas ainda aqui a distinção funcional não é absoluta: *um homem leão* é aquêle que tem a coragem de um leão e corresponde a — *um homem corajoso.*[1]

Isso não impede uma ligeira diferença formal entre substantivos e adjetivos. Êstes, mais que aquêles, estão quase exclusivamente distribuídos nos dois temas em *-o* e em *-e*, e os de tema em *-e* (concretamente em *-e*, como *grande*, ou teòricamente em *-e*, como *feliz*, a rigor **felize*, como indica o plural *felizes)* não apresentam flexão de feminino, em face de um feminino em *-a* para os de tema em *-o*; ex.: *homem corajoso, mulher corajosa; homem grande, mulher grande*. Já os nomes, que são essencialmente substantivos, podem às vêzes possuir um feminino em *-a*, mesmo quando são de tema em *-e* (ex.: *mestre — mestra, autor — autora)* ou atemáticos

M — F — analògicamente

[1] Note-se que a posição regular do adjetivo determinante, em português, é depois do substantivo determinado. "A anteposição decorre do enfraquecimento da função descritiva em proveito da reação afetiva que o predicado descrito pode carrear. Ou, em outros têrmos, a posposição do adjetivo é essencialmente denotativa, em contraste com a predominância de uma conotação, mais ou menos forte, que a anteposição do adjetivo implica. Compreende-se assim que adjetivos indicadores de predicados de fácil repercussão conotativa possam à primeira vista parecer indiferentes quanto à colocação. Mas essa impressão é falaz e não desce ao âmago do valor expressional da locução" (Camara 1967, 104).